



UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAIBA – UNIVAP
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JAQUELINE APARECIDA VITÓRIA DE FARIA

**A RELEVÂNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA
UMA EMPRESA DE CAPITAL ABERTO:**

ESTUDO DE CASO NA EMPRESA EMBRAER

São José dos Campos
2022

JAQUELINE APARECIDA VITÓRIA DE FARIA

**A RELEVÂNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA
UMA EMPRESA DE CAPITAL ABERTO:**

ESTUDO DE CASO NA EMPRESA EMBRAER

Relatório final apresentado como parte das exigências da disciplina Trabalho de Graduação - II à Banca Avaliadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Paraíba.

Orientadora: Profa. Esp. Gabriele Bueno Goulart de Andrade

JAQUELINE APARECIDA VITÓRIA DE FARIA

**A RELEVÂNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA
UMA EMPRESA DE CAPITAL ABERTO:**

Relatório final apresentado como parte das exigências da disciplina Trabalho de Graduação - II à Banca Avaliadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Paraíba.

Orientadora: Profa. Esp. Gabriele Bueno Goulart de Andrade

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

São José dos Campos, dia 06 de outubro de
2022

Dedico primeiramente este trabalho de conclusão de curso à uma adolescente de 15 anos, que desde aquele período sonhou buscar um caminho diferente daquele que estava sendo apresentado a ela, sempre sonhando com futuro diferente e que nunca desistiu de alcançar seus objetivos, para que anos após, esta pessoa que vos fala, pudesse com muita satisfação e orgulho estar prestes a se graduar na sua vocação, mesmo perante tantos obstáculos.

Por fim, dedico também este trabalho à pessoa que acreditou e acredita mais em mim do que eu mesma, Thais Cristina Vieira Sousa, minha esposa, meu apoio e porto seguro.

Jaqueline Aparecida Vitória de Faria

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, cuja vontade permissiva e inspiração divina foram o sustento espiritual em todo o trajeto deste caminho, desde o início até a conclusão deste trabalho.

Ao coordenador do curso de ciências contábeis da UNIVAP, professor mestre José Cesar de Faria, pelo pleno apoio, bem como transmitindo conhecimentos que despertaram ainda mais meu interesse e paixão pela profissão.

A professora, Gabriele Bueno Goulart de Andrade, orientadora deste trabalho de graduação que, com sabedoria, perspicácia, grandeza, boa vontade e paciência, conduziu a elaboração por meio de sugestões objetivas e consistentes.

A minha esposa Thais Cristina Viera Sousa, minha maior e principal incentivadora e apoiadora. Agradeço cada palavra e força nos momentos difíceis e principalmente por acreditar mais em mim do que eu mesma e jamais permitir que eu desistisse do meu objetivo.

Àqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram com ações e ideias, cujos nomes, mais que minutados nesta página, estão gravados em minha mente, face ao valor imensurável de cada participação.

FARIA, Jaqueline Aparecida. **A relevância das normas internacionais de contabilidade para uma empresa de capital**: estudo de caso na empresa Embraer. 2022. 43 Páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2022.

RESUMO

Esse estudo buscou demonstrar como que a adoção das normas internacional de contabilidade afetou positivamente a relação das empresas de capitais aberto com seus stakeholders. Demonstrando a importância das IFRS e como a adoção dela dentro do território brasileiro foi fundamental para saúde não apenas das empresas, mas também do mercado financeiro como um todo. O objetivo Geral do presente estudo é demonstrar como a aplicação das normas internacionais de contabilidade beneficiou a primeira empresa do segmento aeronáutico brasileiro, a se tornar uma empresa mais atrativa e transparente para seus investidores, apresentar o impacto da adoção das normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) sobre a qualidade do desempenho contábil. Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho foram realizadas entrevistas com gerentes e analistas de contabilidade que participaram do processo de adoção das normas internacionais no período de 2008 e 2010. Deixando claro a dificuldade que foi na época para implementar quase do dia para noite um novo conceito dentro da companhia para se enquadrar perante suas concorrentes, se tornando mais atraentes e relevante aos investidores estrangeiros, que atualmente tem como quase parte majoritária das suas ações, negociadas na bolsa de nova York. Enfatizando ainda mais a relevância do mercado internacional para a Embraer alcançar voos mais longos.

Palavras-chave: Adoção; IFRS; Contabilidade; Ações; Embraer.

FARIA, Jaqueline Aparecida. **The relevance of international accounting standards for a capital company**: a case study in the Embraer company. 2022. 43 Pages. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2022.

ABSTRACT

This study sought to demonstrate how the adoption of international accounting standards positively affected the relationship of publicly traded companies with their stakeholders. Demonstrating the importance of IFRS and how its adoption within the Brazilian territory was fundamental for the health not only of companies, but also of the financial market as a whole. The general objective of the present study is to demonstrate how the application of international accounting standards benefited the first company in the Brazilian aeronautical segment, to become a more attractive and transparent company for its investors, to present the impact of the adoption of international financial reporting standards (IFRS) on the quality of accounting performance. In order to achieve the objective proposed in this work, interviews were carried out with managers and accounting analysts who participated in the process of adopting international standards between 2008 and 2010. Making it clear how difficult it was at the time to implement a new concept almost overnight within the company to fit in with its competitors, becoming more attractive and relevant to foreign investors, who currently have almost the majority of their shares traded on the New York Stock Exchange. Further emphasizing the relevance of the international market for Embraer to achieve longer flights.

Key-words: Adoption; IFRS; Accounting; Actions; Embraer.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estrutura do Balanço Patrimonial após a Lei 11.638 e MP 449/2008 (Figura adaptada).....	31
Figura 2 - Fluxo anual de investidores estrangeiros no Brasil (R\$ bilhões).....	40
Figura 3 - Saldo acumulado de estrangeiros na Bolsa	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pronunciamentos.....	27
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BACEN	Banco Central do Brasil
BP	Balanço Patrimonial
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Centro de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DLPA	Demonstração de Lucos ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
SEC	<i>Secure, Exchange, Commission</i>
SRF	Secretaria da Receita Federal
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

Sumário

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 OBJETIVOS	15
1.3.1 Objetivo geral.....	15
1.3.2 Objetivos específicos.....	16
1.3.3 EMBRAER S.A.	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE E DE SUAS DEMONSTRAÇÕES FINCEIRAS.....	18
2.2 FRAUDES CONTÁBEIS.....	19
2.3 CASO ENRON	19
2.4 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS.....	22
2.5 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE MELHORIA.....	23
2.6 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL	24
2.7 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS (CPC).....	26
2.8 PRONUNCIAMENTOS.....	27
2.9 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ALTERAÇÕES DA LEI 11.638/07 E 11.941/09	30
3 MÉTODO.....	34
3.1 CARACTERIZAÇÃO.....	34
3.2 LOCAL	35
3.3 ANÁLISE DOS DADOS	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
5 CONCLUSÃO	42
BIBLIOGRAFIA	43

1 INTRODUÇÃO

O processo da globalização se intensificou ao longo dos anos contribuindo com as transações de capital estrangeiro e ampliando a necessidade dos investidores que buscavam por padronização dentro das demonstrações financeiras. Com esse contexto, surgiu a necessidade de um padrão contábil uniforme e claro que fosse de alcance e de entendimento de todos. Surgindo o padrão internacional de contabilidade em inglês as IFRS *International Financial Reporting Standards*, um padrão contábil internacional que estabelece como tipos de transações específicas e outras atividades devem ser relatadas em demonstrações financeiras.

No Brasil sua aprovação ocorreu dentro da lei 11.638/07, em dezembro de 2007, esse foi o primeiro passo que país deu para se integrar no processo mundial de convergência da contabilidade, sua adoção trouxe modificações conceituais, nos critérios contábeis, na classificação e inclusão de transações anteriormente apresentadas.

Com a crescente competitividade do Brasil no mercado mundial, diversas empresas se interessaram em ter suas ações negociadas nas bolsas de valores com o objetivo de atrair investidores internacionais, a fabricante brasileira de aeronaves Embraer, tomou a decisão de se adequar ao padrão internacional com objetivo de se adequar ao padrão que já era utilizado pelas suas concorrentes.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O presente trabalho de graduação, na ênfase do tema proposto, pretende responder ao seguinte questionamento, como a adequação das normas internacionais de contabilidade e os relatórios financeiros (IFRS) auxiliou a terceira maior fabricante de jatos comerciais do mundo a se tornar mais atrativa aos olhos dos investidores internacionais?

1.2 JUSTIFICATIVA

A pesquisa evidencia-se como a adoção da contabilidade internacional foi crucial para a sobrevivência da Embraer no longo prazo, uma vez que os outros principais concorrentes, como a francesa Airbus e a norte-americana Boeing realizaram a adoção quase oito antes.

É evidente o papel fundamental que a contabilidade desempenha dentro do mercado financeiro, apresentando informações indispensáveis para tomada de decisão, o uso global de diferentes sistemas contábeis torna difícil para os investidores avaliar o custo de oportunidades devido à dificuldade de comparação de resultados financeiros de diferentes empresas em diferentes países.

A globalização facilitou as transações de capital estrangeiro e desenvolveu a necessidade nos investidores de buscarem por padronização dentro das demonstrações financeiras. A ajuda externa e o investimento privado estrangeiro são fontes indispensáveis de capital para países emergentes como o Brasil, nesse contexto, é fundamental destacar como a compreensão das normas internacionais de contabilidade contribui para o sucesso de uma empresa que busca expansão a nível global.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo Geral do presente estudo é demonstrar como a aplicação das normas internacionais de contabilidade beneficiou a primeira empresa do segmento aeronáutico brasileiro, a se tornar uma empresa mais atrativa e transparente para seus investidores, apresentar o impacto da adoção das normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) sobre a qualidade do desempenho contábil.

1.3.2 Objetivos específicos

Motivado no objetivo geral, os objetivos específicos são:

- a) A importância da Contabilidade e de suas demonstrações financeiras.
- b) Discorrer sobre Fraudes Contábeis.
- c) Contextualizar sobre o processo de convergência das Normas Internacionais de contabilidade no Brasil, sobre o Comitê de Pronunciamentos Contábeis assim como as principais alterações trazidas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09.
- d) Analisar os impactos da adoção das normas internacionais em uma empresa de capital aberto identificando pontos que a tornariam mais atrativas para possíveis investidores estrangeiros.

1.3.3 EMBRAER S.A.

A presente pesquisa será realizada junto à empresa Embraer S.A, com sede em São José dos Campos – SP, a terceira maior produtora de jatos comerciais do mundo e líder no segmento em até 130 assentos, nasceu no Brasil mais foi criada com propósito de conquistar o mundo.

Em 19 de agosto de 1969 era fundada com auxílio do governo brasileiro em São José dos Campos interior de São Paulo, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer).

Tendo Ozires silva como presidente e fundador, a companhia tinha como projeto inicial a produção em série do avião bandeirante, projeto anterior à criação da empresa, liderado pelo projetista francês Max Holste com a supervisão do engenheiro aeronáutico Ozires Silva.

Com passar dos anos a empresa conseguiu se promover e aos poucos foi ganhando espaço dentro do mercado nacional e internacional, tendo como principais produtos, além do Bandeirante, os aviões Xingu e Brasília. Mesmo após ter conquistado espaço no mercado e consolidar suas operações dentro e fora do país,

não era o suficiente para companhia passar ilesa das dificuldades da chamada "década perdida" que impuseram uma sequência de perdas. Na época, Ozires Silva havia deixado o comando da empresa, o que ajudou a afetar ainda mais a companhia, em poucos anos a empresa já se encontrava na pré-falência.

As dificuldades se prolongaram até a chegada de sua privatização, que ocorreu em 7 de dezembro de 1994, onde foi vendida para o consórcio composto pela companhia Bozano Simonsen, Scorpio, Previ, Sistel, Fundação CESP e CIEMB por 146,7 milhões de dólares. Sendo o grupo Bozano Simonsen o principal acionista. Depois de ser leiloadada, a empresa passou por um período de reestruturação e definição de novas estratégias.

Com a modernização da gestão e a volta de Ozires Silva como presidente da companhia, em poucos anos, a Embraer já era reconhecida como a terceira maior fabricante de jatos comerciais do mundo.

Atualmente a fabricante brasileira possui em seu portfólio aviões comerciais, executivos, agrícolas e militares, além de conduzir unidades industriais, escritórios e centros de distribuição de peças e serviços que estão espalhados nos continentes Americano, Europeu, Africano e Asiático.

No dia 08 de novembro de 2021 foi divulgado pela Embraer o seu novo e inovador projeto, com metas de emissões zero até 2050, a empresa lança Energia Family quatro aeronaves-conceito que tem como proposta usar energia elétrica e renovável para operar as aeronaves.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE E DE SUAS DEMONSTRAÇÕES FINCEIRAS

A contabilidade é a ciência que tem como objeto o patrimônio das entidades, através da mensuração das variações que ocorrem durante as transações e atividades das empresas. Originada há muitos anos atrás, a contabilidade já era realizada mesmo sem saber quando os camponeses controlavam a quantidade de cabras e o desenvolvimento de seus rebanhos executando o que hoje é chamado de inventário, porém a contabilidade só foi oficialmente reconhecida com a prática das partidas dobradas desenvolvida por Frei Luca Pacioli, em 1494, considerado o pai da contabilidade, que em seu estudo enfatiza o conceito de que para cada débito há um crédito de igual valor e vice-versa marcando a fase moderna da contabilidade.

Uma das razões de se praticar as ciências contábeis é a elaboração de relatórios e demonstrações onde são exibidos os saldos, variações e situações econômicas e financeiras das empresas, em outras palavras, o retrato da companhia.

Segundo Silva (2002, p.23) “uma empresa sem Contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento”.

Desta forma, os interessados podem visualizar a real situação de determinada entidade ou mensurar uma quantidade específica referente a diversos fatores que influenciam nestas empresas, seja na parte de produção, na área financeira ou em suas obrigações. Todas estas informações auxiliam na tomada de decisão que vai determinar o futuro da entidade.

Os relatórios contábeis contribuem no controle patrimonial das entidades, na mensuração dos bens e são utilizados como base para análises de investimentos, além de praticar a prudência e provisões, para reconhecer obrigações ou prejuízos futuros de forma que haja seguridade por parte da empresa e seus envolvidos.

As demonstrações contábeis além de manter o registro das atividades empresariais, também são importantes para a validação dos fatos ocorridos e

apuração dos registros através de auditorias, que tem como objetivo comprovar a fidedignidade das informações.

2.2 FRAUDES CONTÁBEIS

O termo fraude tem origem no latim “Fraus” que traz a ideia de ato de má-fé, abuso de confiança, falsificação e adulteração.

Segundo a Resolução CFC N° 836/99 – Fraude e Erro, explicitando o item 11,1.4 das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica 11 (NBC T), “o termo fraude refere-se a ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis”.

A fraude pode ser caracterizada por aplicação de práticas contábeis indevidas aproveitando-se de manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos e resultados, além da apropriação indébita de ativos e supressão ou omissão de transações nos registros contábeis, que evidentemente não há comprovação legal ou verídica se diferenciando assim do termo erro, que segundo a mesma resolução diz respeito ao ato não intencional que venha a resultar em aplicações incorretas das normas contábeis, conseqüentemente a interpretação errada das informações ocasionando equívoco na escrituração contábil ou nas demonstrações.

2.3 CASO ENRON

Enron foi uma companhia formada em 1985 por meio da fusão de duas empresas: Houston Natural Gás e InterNorth. Suas operações iniciais estavam voltadas a distribuição de Gás Natural e seu presidente era Keneth L. Lay.

A companhia fez seus ativos de 10 bilhões de dólares na época, crescerem para 65 bilhões de dólares em 16 anos. Alguns anos depois a empresa começa a se ramificar se tornando líder de mercado, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha operando na comercialização de gás como commodities. Segundo Fox (2003, pg. 29 e 164), dois anos após a criação da Enron Online em 1999, sistema esse que permitia

aos usuários a consulta do preço da energia e a efetuação de transações instantâneas levava a ocorrência diária de um montante de 2,5 bi de dólares.

No ano 2000 quando as ações da companhia alcançam seu valor mais alto no mercado, chegando a custar U\$84,97, Keneth L. Lay deixa o cargo da presidência e quem assume é Jeffrey Skilling. Alguns meses mais tarde Skilling deixa a presidência e Lay reassume seu antigo posto.

Após a descoberta de erros na contabilidade Lay vende um total aproximado de 2 milhões de dólares em ações em dois dias. Em novembro de 2001 na reapresentação das demonstrações financeiras a Enron apresentava perdas de 690 milhões de dólares no terceiro trimestre do ano e uma redução de 1,2 bilhões de dólares no seu P.L (Patrimônio Líquido).

Dias depois a SEC (Secure, Exchange Comissão) investiga as parcerias da Enron, estabelecidas pelo diretor financeiro Andrew Fastow, que fora responsabilizado pelas perdas. Somente com uma das parceiras, a LJM Cayman, foram descobertos um montante de 65 milhões de dólares não registrados. Foi averiguado que a Enron fazia transações fictícias inflando seus resultados financeiros e fazendo seus lucros parecerem cada vez maiores, o que explica a grande valorização das ações dessa empresa e sua procura para investimentos.

Segundo Fox (2003, pg. 275 E 283):

A Enron revisou suas demonstrações financeiras e descobriu-se que ao invés de grandes lucros o que havia era um enorme prejuízo. A Enron conseguiu pagar suas dívidas, porém o destino dela foi a falência. Suas ações caíram e foram posteriormente retiradas da bolsa de Nova York, Keneth L. Lay pediu demissão e o vice-presidente se suicidou.

A Enron levou apenas 24 dias para decretar falência e levou consigo a grande empresa de auditoria Arthur Andersen.

O Caso Enron foi um dos acontecimentos que estimularam e levaram a criação da lei Sarbanes-Oxley. Segundo Deloitte (2003):

O objetivo do governo americano com a criação da Lei Sarbanes-Oxley era reparar a perda da confiança pública nos líderes empresariais norte-americanos e enfatizar mais uma vez a importância dos padrões éticos na preparação das informações financeiras reportadas aos investidores.

Alguns pontos da Lei Sarbanes-Oxley dizem respeito às informações contábeis e ao tratamento adequado devido a elas, o que nitidamente revela a importância dessas informações e a necessidade de que elas sejam dotadas de todas as características qualitativas que uma informação contábil deve ter. Alguns desses pontos são:

- O Título III (*Corporate Responsibility*) fala, dentre outras coisas, da criação de um comitê composto por membros independentes cujo propósito será supervisionar a elaboração, divulgação e auditoria das informações contábeis.
- O Título IV (*Enhanced Financial Disclosures*) diz na seção 401, que os relatórios contábeis devem ser feitos considerando princípios contábeis que são de um modo geral aceitos e que os mesmos devem ser revisados conforme as normas estabelecidas pela SEC.
- Título VII (*Corporate and Criminal Fraud Accountability*) diz respeito dentre outras coisas as punições a fraudes contábeis.

Logo, fica evidente com tudo isso que uma informação contábil deve possuir características como relevância, materialidade, representação fidedigna, comparabilidade, verificabilidade, tempestividade, compreensibilidade, as quais são conhecidas como características qualitativas.

2.4 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS

a) **Relevância:** As informações contábeis devem ser pertinentes de tal modo que as informações sejam consideradas necessárias uma vez que as desnecessárias devem ser desprezadas.

Segundo o CPC 00 (R1) (2011, pg. 17):

Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes.

b) **Materialidade:** Para ser material uma informação deve influenciar a capacidade de julgamento do usuário, de modo que segundo o CPC 00 (R1) (2011, pg. 17) é caracterizada de tal forma:

A informação é material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida (misstating) puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação. Em outras palavras, a materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza e/ou na magnitude.

c) **Representação fidedigna:** Para ser fidedigna uma informação deve possuir três características: tem que ser completa, neutra e livre de erros, todavia isso não quer dizer que haverá exatidão de informações em todos os sentidos, uma vez que nos pontos em que houver estimativas não há como garantir exatidão. Também não quer dizer que a informação que possua essa qualidade seja necessariamente útil.

Segundo o CPC 00 (R1) (2011, pg. 19):

A informação precisa concomitantemente ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxilia os usuários a tomarem boas decisões.

2.5 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE MELHORIA

Essas características atuam de forma a colaborar com a relevância e/ou fidedignidade das informações.

a) Comparabilidade segundo Malacrida (2009):

As informações contábeis devem auxiliar o usuário quando o mesmo tiver necessidade, num dado momento, de comparar informações similares de outras entidades e/ou informações similares da mesma entidade em datas distintas, para verificar semelhanças e diferenças entre elas.

Esta característica está relacionada à consistência, que deve auxiliar a informação a ser comparável, mas não está relacionada necessariamente à uniformidade, este termo fala que eventos iguais devem receber tratamentos semelhantes.

Quanto a isso Ludícibus (2000, pg. 76) diz:

A consistência não significa uniformidade de procedimentos contábeis de uma empresa para outra, mas é entendida no sentido de que certa empresa utilizou critérios consistentes (uniformes no âmbito da própria empresa no contexto temporal), a fim de que a comparabilidade seja assegurada, pelo menos dos dois últimos exercícios.

b) Verificabilidade: Essa característica qualitativa é definida pelo CPC 00 (R1) (2011, pg.20, 21) da seguinte maneira:

A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.

c) Tempestividade: “Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões” (CPC 00, 2011, pg. 21). Essa característica contribui para que a informação seja relevante uma vez que “a informação não pode ser relevante se ela não for oportuna” (Hendriksen e Van Breda, 1999, pg. 99). Segundo Ludícibus (2000) “para que sejam úteis, as informações devem ser divulgadas em tempo hábil, ou seja, suficiente para que o usuário extraia o máximo de utilidade das informações publicadas.”

d) **Compreensibilidade:** Diz respeito à apresentação de informações contábeis de forma que possa ser entendida pelos usuários, todavia não despreza a necessidade de haver um mínimo de conhecimento da linguagem financeira por parte dos mesmos usuários.

Quanto a isso o CPC 00 (2011, pg. 21) considera que:

Certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos. A exclusão de informações sobre esses fenômenos dos relatórios contábil-financeiros pode tornar a informação constante em referidos relatórios mais facilmente compreendida. Contudo, referidos relatórios seriam considerados incompletos e potencialmente distorcidos (misleading).

Portanto, fica claro o que Ott e Pires (2009, pg. 69) afirmam quando diz que “eventualmente, poderá ocorrer dificuldade de entendimento pelo usuário, por exemplo, no caso de divulgação de informações relevantes com maior grau de dificuldade.”

2.6 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Sabe-se que a contabilidade é uma ferramenta indispensável e de extrema importância para uma eficiente gestão e controle patrimonial de uma entidade. Classificada como uma ciência social, a contabilidade recebe fortes influências do meio em que vive, ou seja, varia de acordo com as normas contábeis vigentes em cada país, o que torna difícil a uniformização dessas normas contábeis diante da diversidade existente.

Segundo Ludícibus (1997, p. 29):

A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Embora mesmo com os benefícios e contribuições gerados para a evolução da prática contábil após publicação da lei 6.404/76 (Lei das S/A), esse regulamento trouxe consigo algumas limitações quanto ao tratamento contábil que é fortemente influenciada pelo sistema legal de um país.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2007):

A contabilidade, embora se utilize de métodos quantitativos (matemática e estatística), é uma ciência social aplicada que, por sua própria definição, sofre larga influência do ambiente em que atua. Aspectos culturais, políticos, históricos, econômicos e sociais influenciam fortemente as práticas contábeis adotadas em cada país.

No mundo ocidental existem duas linhas de pensamento diferentes e essas linhas de pensamento resultaram em modelos contábeis diferentes:

- **Code Law ou Civil Law:** sistema predominante em países da Europa continental como Alemanha, França, Portugal e Espanha herdadas também no Brasil por ter sido colônia de Portugal. Consiste em regras na forma de lei que determina o comportamento das pessoas.
- **Common law:** sistema predominante em países como Inglaterra, EUA (Estados Unidos da América) e outras colônias britânicas. Consiste em um regime baseado em decisões dos tribunais e não em normas.

Toda essa divergência se deve porque na Europa continental as empresas se financiavam com capitais de terceiros, ou seja, o credor que era o banco ou outras instituições financeiras tinha interesse de que as empresas possuíssem uma contabilidade regada por lei, conservadora e objetiva com base em documentos para que não houvesse dúvidas quanto ao pagamento do empréstimo assegurado pela empresa.

Por outro lado, nos países regidos pelo sistema caracterizado como Common law, a principal maneira de captação de recursos das empresas era através do mercado de capitais. Os acionistas precisavam de informações preditivas e subjetivas acerca dos investimentos realizados e tinham interesse em saber se as empresas na qual investiram seu capital teriam possibilidade de gerar benefícios futuros adquiridos em forma de dividendos.

Diante disso, com a convergência às normas internacionais de contabilidade, pode-se observar que não basta apenas adequar a estrutura contábil às normas internacionais, mas sim os seus processos, tendo em vista que o seu objetivo é que se fale uma mesma linguagem acerca do patrimônio das entidades de acordo com

sua essência financeira para que investidores e credores possam fazer negócios com outros países ou empresas. Desta maneira, o processo de globalização é facilitado.

A postura de Schmidt *et. al.* (2004, p. 3) quanto à contabilidade internacional:

[...] O processo de globalização dos mercados trouxe à tona a necessidade de harmonização contábil em todo o mundo, pois investidores, de forma geral, são atraídos para mercados que conhecem e nos quais confiam. Diante dessas novas condições de mercado, surgem novos desafios para estudiosos, profissionais e usuários da contabilidade, bem como para as entidades responsáveis pela emissão de normas contábeis, que passam a desempenhar um importante papel no processo de harmonização das práticas contábeis.

No Brasil esse processo de convergência iniciou-se após a publicação da Lei nº 11.638/07 posteriormente complementada com a Lei nº 11.941/09, alterando a Lei 6.404/76 responsável pela evolução da contabilidade no país.

Em âmbito mundial o IASB (International Accounting Standards Board) é o órgão responsável pela emissão das normas internacionais de contabilidade no padrão IFRS (International Financial Reporting Standards), porém no Brasil o órgão responsável de estudar e interpretar as devidas normas em conformidade com o IASB é o Centro de Pronunciamentos Contábeis (CPC) objetivando a facilitar a compreensibilidade dos pronunciamentos técnicos emitidos e dando suporte legal para a convergência internacional.

2.7 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS (CPC)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é um órgão autônomo atuante com a participação de seis entidades responsável pela tradução e adaptação das normas contábeis em convergência aos padrões internacionais.

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

- ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas;
- APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo;
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade;
- FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras;
- IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Além dos membros atuais, serão sempre convidados a participar representantes dos seguintes órgãos: BACEN (Banco Central do Brasil), CVM (Comissão de Valores Mobiliários), SRF (Secretaria da Receita Federal) e SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

Além do CPC (Pronunciamento técnico) são emitidas Orientações técnicas (OCPC) e Interpretações técnicas (ICPC) objetivando a facilitar a compreensão e elaboração das Demonstrações Financeiras em conformidade com o IFRS, sendo estes produtos obrigatoriamente submetidos a audiências públicas.

2.8 PRONUNCIAMENTOS

Atualmente o CPC conta com 52 Pronunciamentos Técnico sendo 23 Interpretações Técnicas e 09 Orientações Técnicas, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Pronunciamentos

Documento	Título	Data Aprovação	Data Divulgação
CPC 00	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	01/11/2019	10/12/2019
CPC 01	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	06/08/2010	07/10/2010
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	03/09/2010	07/10/2010
CPC 03	Demonstração dos Fluxos de Caixa	03/09/2010	07/10/2010
CPC 04	Ativo Intangível	05/11/2010	02/12/2010
CPC 05	Divulgação sobre Partes Relacionadas	03/09/2010	07/10/2010

CPC 06	Arrendamentos	06/10/2017	21/12/2017
CPC 07	Subvenção e Assistência Governamentais	05/11/2010	02/12/2010
CPC 08	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	03/12/2010	16/12/2010
CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	30/10/2008	12/11/2008
CPC 10	Pagamento Baseado em Ações	03/12/2010	16/12/2010
CPC 11	Contratos de Seguro	05/12/2008	17/12/2008
CPC 12	Ajuste a Valor Presente	05/12/2008	17/12/2008
CPC 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08	05/12/2008	17/12/2008
CPC 14	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (Fase I) - Transformado em OCPC 03	-	-
CPC 15	Combinação de Negócios	03/06/2011	04/08/2011
CPC 16	Estoques	08/05/2009	08/09/2009
CPC 17	Contratos de Construção (revogado a partir de 1º/01/2018)	19/10/2012	08/11/2012
CPC 18	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	07/12/2012	13/12/2012
CPC 19	Negócios em Conjunto	09/11/2012	23/11/2012
CPC 20	Custos de Empréstimos	02/09/2011	20/10/2011
CPC 21	Demonstração Intermediária	02/09/2011	20/10/2011
CPC 22	Informações por Segmento	26/06/2009	31/07/2009
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	26/06/2009	16/09/2009
CPC 24	Evento Subsequente	17/07/2009	16/09/2009
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	26/06/2009	16/09/2009
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis	02/12/2011	15/12/2011
CPC 27	Ativo Imobilizado	26/06/2009	31/07/2009
CPC 28	Propriedade para Investimento	26/06/2009	31/07/2009
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola	07/08/2009	16/09/2009
CPC 30	Receitas (revogado a partir de 1º/01/2018)	19/10/2012	08/11/2012

CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	17/07/2009	16/09/2009
CPC 32	Tributos sobre o Lucro	17/07/2009	16/09/2009
CPC 33	Benefícios a Empregados	07/12/2012	13/12/2012
CPC 34	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais (Não editado)	-	-
CPC 35	Demonstrações Separadas	31/10/2012	08/11/2012
CPC 36	Demonstrações Consolidadas	07/12/2012	20/12/2012
CPC 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	05/11/2010	02/12/2010
CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (revogado a partir de 1º/01/2018)	02/10/2009	19/11/2009
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação	02/10/2009	19/11/2009
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	01/06/2012	30/08/2012
CPC 41	Resultado por Ação	08/07/2010	06/08/2010
CPC 42	Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	07/12/2018	21/12/2018
CPC 43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	03/12/2010	16/12/2010
CPC 44	Demonstrações Combinadas	02/12/2011	02/05/2013
CPC 45	Divulgação de Participações em outras Entidades	07/12/2012	13/12/2012
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	07/12/2012	20/12/2012
CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	04/11/2016	22/12/2016
CPC 48	Instrumentos Financeiros	04/11/2016	22/12/2016
CPC 49	Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria	06/04/2018	18/04/2018
CPC 50	Contratos de Seguro	07/05/2021	06/08/2021

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Orientacoes>.

2.9 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ALTERAÇÕES DA LEI 11.638/07 E 11.941/09

Para a apresentação das informações contábeis da empresa, os contadores devem elaborar diversos relatórios com a finalidade de demonstrar a situação da entidade.

Segundo Ribeiro (2008, p.37):

Demonstrações Financeiras ou Contábeis são relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pela entidade, com a finalidade de apresentar aos diversos usuários informações principalmente de natureza econômica e financeira, relativas à gestão do patrimônio ocorrida durante um exercício social.

É importante ressaltar que as Demonstrações Contábeis são elaboradas com base nas atividades e transações que alterem o patrimônio ou alocação dos valores mantidos pela entidade, registradas no período de competência em que ocorrem, ou seja, estas informações demonstradas são relativas ao exercício social.

As demonstrações contábeis sofreram alterações após a publicação da Lei 11.638/07 submetendo a obrigatoriamente das empresas o dever de apresentar a partir do dia 1º de janeiro de 2008 as Demonstrações exigidas por lei que são elas:

- ✓ Balanço Patrimonial (BP);
- ✓ Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- ✓ Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA);
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- ✓ Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- ✓ Demonstração do valor Adicionado (DVA).

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia em determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade. (RIBEIRO, 2008, p.39). A partir da nova lei e suas adaptações a estrutura do Balanço Patrimonial foi alterada conforme demonstra a Figura 1, representando a comparação entre a estrutura de contas simplificada do BP definida na Lei 6.404/76 e a estrutura proposta na Lei 11.638 após a MP 449/08.

Figura 1 - Estrutura do Balanço Patrimonial após a Lei 11.638 e MP 449/2008 (Figura adaptada).

LEI Nº 6.404/1976	LEI 11.638 E MP 449/2008
Ativo Circulante	Ativo Circulante
Ativo Realizável a Longo Prazo	Ativo Não-Circulante
Ativo Permanente	Ativo Realizável a Longo Prazo
Investimento	Investimentos
Imobilizado	Imobilizado
Diferido	Intangível
Passivo Circulante	Passivo Circulante
Passível Exigível em Longo Prazo	Passivo Não-Circulante
Resultados de Exercícios Futuros	
Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido
Capital Social	Capital Social
Reservas de Capital	Reservas de Capital
Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Reservas de Lucros	Reservas de Lucros
Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria
(-) Prejuízos Acumulados	Prejuízos Acumulados

Fonte: Balanço Patrimonial e suas Modificações, 2010, disponível em www.conjural.com.br.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) também sofreu pequenas alterações em sua estrutura. Este relatório consiste na demonstração das receitas e despesas referentes ao exercício social de forma que evidencie o resultado econômico, em outras palavras, o lucro ou prejuízo obtido pela empresa.

É claro que anteriormente a obrigatoriedade da demonstração das informações pertinentes às empresas era validada principalmente para fins fiscais, em vista que as companhias têm inúmeras obrigações para com o governo a fim de se manterem regulares perante a lei, mas com a padronização das informações contábeis e a emissão de normas técnicas de contabilização pelo CPC, os registros e demonstrações tem como principal objetivo a demonstração real do que está acontecendo dentro da empresa.

Desta forma, é possível analisar as informações contábeis para fins de investimento, negociações, vendas, valorização ou desvalorização de forma coerente com a realidade, ou seja, na análise dos ativos imobilizados da entidade, por exemplo, devem ser utilizadas técnicas contábeis e estudos contínuos para mensurar os valores corretos a serem contabilizados, evidenciando a acurácia das informações prestadas.

A Lei n. 11.941 foi sancionada em 27 de maio de 2009 e alterou alguns dispositivos da Lei n. 6.404/76, concernentes aos registros contábeis.

Hauer comentam referida Lei:

É muito amplo o leque de abrangência do mesmo diploma legal que instituiu o novo “Refis” e, dentre as novidades, a partir do seu Art. 37, trata de obrigações e faculdades para as sociedades anônimas. O objetivo é a publicidade dos registros contábeis, clareando-os para o participante de seu capital social e para a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (HAUER, 2009).

Oliveira explica o motivo da edição da Lei n. 11.941/09:

Porém, como o projeto de Lei 3740/00 ficou praticamente (7) sete anos para ser efetivamente analisado e votado pelo Congresso Nacional Brasileiro; enquanto isso, o mundo estava em constante movimento, o que fez com esse projeto se tornasse em parte obsoleto. Mesmo assim, o projeto foi convertido em lei, o que trouxe divergências no âmbito contábil, tributário e fiscal. As dúvidas não eram sobre as novas estruturas das demonstrações, mas sobre os critérios que a Lei 11638/07 definia e determinava que fosse executada a contabilidade no Brasil, ou seja, de acordo com os padrões internacionais de contabilidade e o mais interessante: a contabilidade nesse critério não seria base cálculo para tributação. Para conter as curiosidades, as especulações, dúvidas gerais e ajustar o tempo em que o projeto de lei 3740/00 ficou parado no Congresso, o governo federal, por força de um ato unipessoal do presidente da República, com indicações do ministro da fazenda Sr. Guido Mantega, sancionou a MP. 449/08. Nesta norma, foram diminuídas as dúvidas, criadas outras situações técnicas a serem seguidas, mas o ponto principal foi a criação do Regime Transitório de Tributação – RTT. Após cumprir seu prazo legal e analisada pelo Congresso Nacional, a MP 449/08 foi convertida na Lei 11941/09, com algumas mudanças, porém trouxe em sua estrutura o RTT de forma literal (OLIVEIRA, 2009).

Posteriormente, o mesmo autor aclara as alterações desta Lei em relação às sociedades.

O RTT – Regime Tributário de Transição – nada mais é que uma opção em que as pessoas jurídicas, indiferentes da sua forma societária, se sociedade limitada, sociedade simples etc., mas desde que esteja na forma de tributação Lucro Presumido ou Lucro Real, poderá escolher se deseja ou não optar pelo RTT nos anos de 2008-2009. Essa opção ao RTT, só deverá ser efetivada se o contabilista responsável desenvolveu a contabilidade dessas pessoas jurídicas com base nos critérios da Lei 11638/07 e Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, além de aplicar o critério da essência da primazia sobre a forma. Se assim o fez, o contabilista responsável deverá na entrega da DIPJ – Declaração das Informações econômico-fiscais da pessoa jurídica - clicar na opção RTT. Se porventura o contabilista não tenha usado os critérios de contabilização determinados pela nova lei e normas correlatas, entendemos que não há a necessidade de optar ao RTT nos anos calendário 2008-2009. Ressalta-se que, uma vez optado ao RTT no ato da entrega da DIPJ em 2009, que cita os fatos de 2008, a pessoa jurídica não poderá desistir no exercício seguinte da opção escolhida. No ano de 2010, todas as pessoas jurídicas optantes pelo regime tributário denominado Lucro Presumido e Lucro Real, são obrigadas a optarem ao RTT, pois é a partir desse ano que a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil, a Receita Federal e outras entidades,

por força normativa, determinam a convergência final para as normas internacionais de contabilidade, ou seja, todas as pessoas jurídicas deverão estar em 2010 dentro dos critérios e regras estabelecidas pelas leis e normas em vigência, além de seguirem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade efetivamente. [...]

O RTT não é uma forma de diminuição de tributos e nem tampouco uma nova contabilidade tributária, apenas é uma forma encontrada pelo fisco de não haver divergências contábeis e fiscais (OLIVEIRA, 2009).

Assim, nota-se que a Lei n. 11.941/09 também efetuou mudanças na Lei das Sociedades Anônimas no que pertence às demonstrações contábeis das companhias, que se adaptaram ao padrão internacional e proporcionaram mais transparência e melhor compreensão dos dados empresariais.

3 MÉTODO

3.1 CARACTERIZAÇÃO

Este trabalho trata-se de estudo de caso descritivo com método de abordagem indutivo, de caráter qualitativo. A metodologia utilizada se baseia em pesquisa de campo e um conjunto de técnicas e processos que possibilitam demonstrar a importância da adoção das normas internacionais de contabilidade dentro de uma empresa de capital aberto.

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho foram realizadas entrevistas com gerentes e analistas de contabilidade que participaram do processo de adoção das normas internacionais no período de 2007 e 2008.

3.2 LOCAL

- ✓ Razão Social: Embraer S.A
- ✓ Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170 - São José dos Campos - SP
- ✓ CNPJ: 07.689.002/0001-89
- ✓ 30.41-5/00 - Fabricação de aeronaves
- ✓ Atuação: Fabricação e montagem de aeronaves.

A Sociedade Anônima, S.A, é uma natureza jurídica na qual a participação e a responsabilidade dos sócios (acionistas) são definidas pela quantidade de ações que possuem. Uma das características é que o patrimônio pessoal do acionista fica separado do patrimônio da empresa.

Quanto ao capital social, as ações são divididas entre ordinárias e preferenciais. Desse modo, acionistas que têm ações ordinárias têm o direito a voto quanto a questões relativas às decisões do negócio. Já quem tem ações preferenciais não. Os acionistas de uma S.A, entre todos os direitos previstos na Lei das Sociedades Anônimas podem, por exemplo:

- ✓ Fazer a fiscalização da gestão da empresa;
- ✓ Participar dos lucros;
- ✓ Participar da divisão de bens, caso seja vendida;
- ✓ Adquirir outros valores mobiliários de forma preferencial;
- ✓ Retirar-se da empresa a qualquer tempo.

Vale destacar que existem diferentes tipos de acionistas, que são: acionista majoritário: detentor da maior parte das ações ordinárias acionista minoritário: detentor de menos ações acionista controlador: pessoa, grupo de pessoas ou empresa, definida por votação, que tem como responsabilidade o controle do negócio.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A convergência contábil para o modelo internacional do IFRS, instituída no final de 2007 pela lei 11.638, reflete não somente a evolução econômica, mas também a financeira do Brasil.

Não há dúvida de que o modelo foi feito para promover maior transparência e habilitar o país a apresentar demonstrações compatíveis com o exterior. No entanto, alguns aspectos não foram simples para a adoção nas normas internacionais, mesmo com um time de especialistas focados em se adequar aos novos princípios, a Embraer enfrentou algumas dificuldades.

Para a implantação, foram criados 16 grupos de trabalho, divididos por áreas, sempre com um membro do departamento de contabilidade e outro da área de negócios para auxiliar as equipes. Deixando claro a dificuldade que foi na época para implementar quase do dia para noite um novo conceito dentro da companhia, o uso do dólar como moeda funcional foi o tema principal de um desses 16 grupos.

A Embraer estava decidida a mudar a moeda funcional, o problema era que a legislação impunha como obrigação que a companhia calculasse e entregasse a base fiscal em reais, mas a grande questão que grupo tinha que responder era como implementar uma moeda funcional em um país com sistema que obriga a divulgar os dados em reais?

Essa foi a pergunta que a equipe tentou solucionar, para não só atender os padrões das normas internacionais, mas para também se adequar a um país com leis restritivas. A conversão para reais exige uma mudança de mentalidade, pois como estamos no Brasil, tudo o que é em dólares fica à mercê da exposição cambial.

Esse foi um grande desafio, pois a Embraer passou a elaborar um detalhamento maior nas notas explicativas, que acompanham as demonstrações contábeis. Porém passou a elaborar um balanço a menos, antes da adoção a companhia tinha que fazer as contas segundo a legislação societária brasileira e outro balanço no padrão americano, além de uma demonstração para Receita Federal.

Agora, o padrão feito pela companhia é um modelo segundo as regras internacionais e outro para o fisco.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas com a equipe contábil que elucidaram parte do processo, assim como forneceram materiais para consulta e melhor esclarecimento do estudo realizado, que demonstrar como a aplicação das normas internacionais beneficiou a primeira empresa brasileira do setor aeronáutico a se tornar mais atrativa e transparente para seus investidores.

A contabilidade tem por objetivo fornecer informações e demonstrar as mudanças ocorridas dentro do patrimônio de suas entidades por meio de relatórios, que auxiliam os usuários na tomada de decisão. Isto é bem definido pelo CFC na Resolução nº 774, na qual afirma que o objetivo da Contabilidade é prover aos usuários informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas, e outros meios.

Com a globalização e a crescente competitividade do Brasil no mercado mundial, diversas empresas se interessaram em ter suas ações negociadas nas bolsas de valores e muitas com o objetivo de atrair investidores internacionais. Com a aprovação da lei 11.638/07, em dezembro de 2007, o Brasil deu o primeiro passo para se integrar no processo mundial de convergência da contabilidade e se adequar para o padrão das IFRS (*International Financial Reporting Standard*) tendo o processo de convergência dividido em duas fases.

A primeira fase iniciou-se em 2008, com um conjunto parcial de Normas Internacionais que deveriam ser adotadas, e a segunda fase em 2010 que visava a adoção plena das normas contábeis, deixando as demonstrações financeiras uniformes e harmônicas facilitando que stakeholders de diversos países entendam as demonstrações das entidades brasileiras.

Antes mesmo de se adequar aos padrões internacionais de contabilidade a fabricante brasileira de aeronaves Embraer, tomou a decisão de se ter como um dos seus primeiros desafios, a adoção do dólar como moeda funcional.

O USD, não é a moeda local (BRL), e foi denominado pela deliberação da CVM como moeda funcional, definida na deliberação CVM nº 534/08, artigos 11 e 12, conforme segue:

11. (a) moeda:

(i) que mais influencia os preços dos bens e serviços (geralmente, será a moeda em que o preço de venda de seus produtos e serviços é expresso e exato);

(ii) o país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam a determinação do preço de venda de seus produtos ou serviços;

(b) a moeda que mais influencia os custos de mão de obra, material e outros para o fornecimento de bens ou serviços (geralmente será a moeda em que tais custos são expressos e liquidados).

12. Os seguintes fatores também podem fornecer evidências para determinar a moeda funcional de uma entidade:

(a) a moeda na qual os recursos das atividades financeiras (ou seja, emissão de títulos de dívida ou ações) são obtidos substancialmente.

(b) a moeda em que normalmente são acumulados os valores recebidos das atividades operacionais (CVM, 2008, p.7).

Não há dúvida de que o modelo promove maior transparência e habilita o país a apresentar demonstrações compatíveis com o exterior. No entanto mesmo com um time de especialistas focados em se adequar aos novos princípios, a Embraer enfrentou algumas dificuldades.

Para a implantação, foram criados 16 grupos divididos por áreas, sempre com um membro do departamento de contabilidade e outro da área de negócios para auxiliar as equipes com o objetivo de adotar o uso do dólar como moeda funcional.

A Embraer estava decidida a mudar a moeda funcional, o problema era que a legislação impunha como obrigação que a companhia calculasse e entregasse a base fiscal em reais, mas a grande questão que grupo tinha que responder era como implementar uma moeda funcional em um país com sistema que obriga a divulgar os dados em reais.

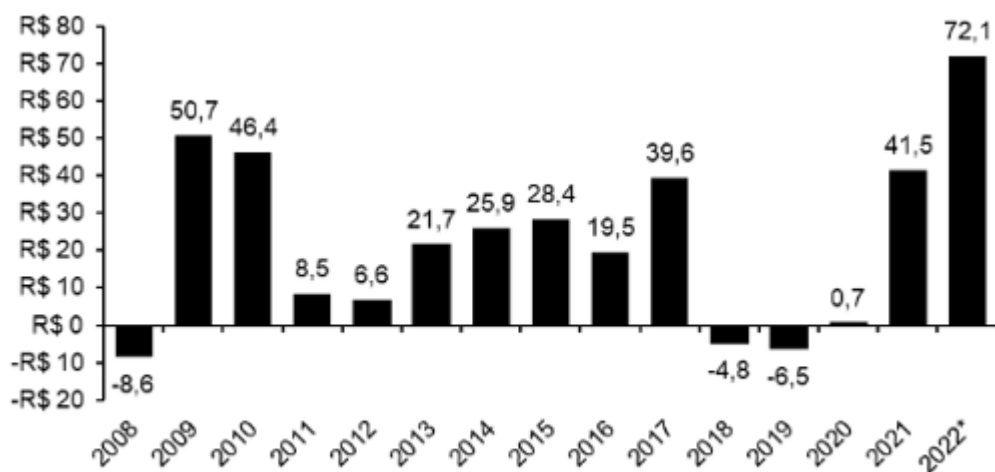
Essa foi a pergunta que a equipe tentou solucionar, para não só atender os padrões das normas internacionais, mas para também se adequar a um país com leis restritivas. A conversão para reais exige uma mudança de mentalidade, pois como estamos no Brasil, tudo o que é em dólares fica à mercê da exposição cambial.

Esse foi um grande desafio, pois a Embraer passou a elaborar um detalhamento maior nas notas explicativas, que acompanham as demonstrações contábeis. Porém passou a elaborar um balanço a menos, antes da adoção a companhia tinha que fazer as contas segundo a legislação societária brasileira e outro balanço no padrão americano, além de uma demonstração para Receita Federal. Agora, o padrão feito pela companhia é um modelo segundo as regras internacionais e outro para o fisco.

O bom funcionamento do mercado acionário é um forte fundamento para garantir um crescimento duradouro, a longo prazo, não somente da economia nacional, mas também da Embraer que com a padronização contábil consegue gerenciar melhor os seus recursos e desempenhar o melhor papel na tomada de decisões.

No Brasil com o passar dos anos os números de investidores estrangeiros só vem crescendo ano a ano como pode ser visto nos gráficos a seguir.]

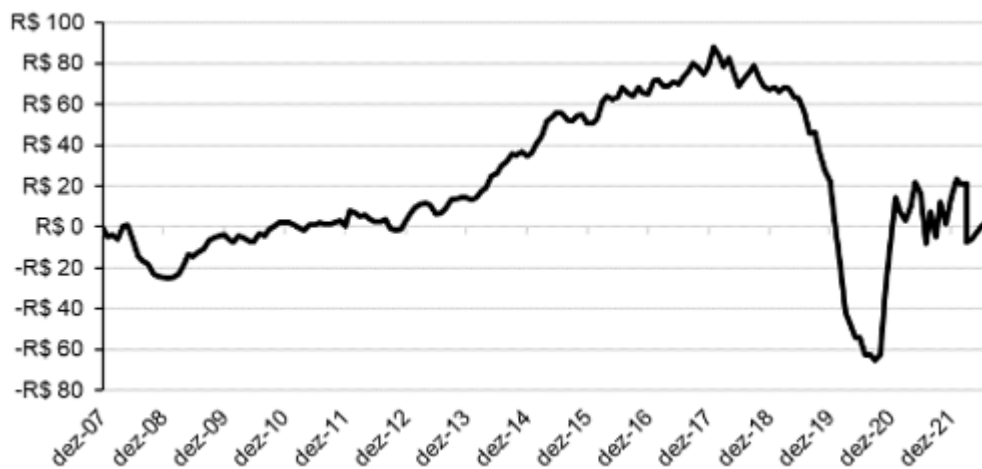
Figura 2 - Fluxo anual de investidores estrangeiros no Brasil (R\$ bilhões)



*Até 05/08/2022

Fonte: B3, XP Research

**Figura 3 - Saldo acumulado de estrangeiros na Bolsa
início em 31/12/2007**



Fonte: Bloomberg, XP Research.

Deixando claro que a adoção das IFRS no Brasil, foi crucial para a sobrevivência no longo prazo da terceira maior produtora de jatos comerciais do mundo e líder no segmento em até 130 assentos, pois somente assim pode se enquadrar perante suas concorrentes, se tornando mais atraentes e relevante aos investidores estrangeiros, que atualmente tem como quase parte majoritária das suas ações, negociadas na bolsa de nova York a NYSE. Enfatizando ainda mais a relevância do mercado internacional para a Embraer alcançar voos mais longos.

5 CONCLUSÃO

Esse estudo buscou demonstrar como que a adoção das normas internacionais de contabilidade afetou positivamente a relação das empresas de capitais aberto com seus stakeholders. Mostrando a importância das IFRS e como a adoção dela dentro do território brasileiro foi fundamental para saúde não apenas das empresas, mas também do mercado financeiro como um todo.

Desta forma, a limitação do estudo quanto à coleta de dados limitar-se às demonstrações divulgadas pela empresa e pela equipe que foi entrevistada, mas partindo da premissa de que a contabilidade é a base da informação para tomada de decisão.

É razoável concluir que o padrão adotado pela companhia de se enquadrar as normas internacionais de contabilidade foi crucial para a Embraer se manter viva e ganhar espaço no mercado internacional.

Com isso fica a recomendação para as pequenas e médias empresas para se adaptar as Normas Internacionais de Contabilidade pois o padrão não se restringe as empresas de grande porte.

As PMEs também podem e devem adotar essas regras, é importante especificar essa questão, pois esse tipo de empresa compõe a maior parte da economia brasileira e a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade torna uma ferramenta fundamental para que as PMEs se desenvolvam e ganhem destaque no mercado competitivo.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA FILHO, Marcelo Fortes. **Sociedade anônima atual**: comentários e anotações às inovações trazidas pela Lei n. 10.303/01 ao texto da Lei n. 6.404/76. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm> (Acessado em 21 de maio de 2022, às 15 horas e 09 minutos).

BRASIL. Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm> (Acessado em 19 de maio de 2022, às 16 horas e 17 minutos).

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC N.º 836/99**: Aprova a NBC T 11 – IT – 03 – Fraude e Erro. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res836.htm>> (Acessado em 18 de maio de 2022, às 17 horas e 39 minutos).

DELOITTE. ToucheTohmatsu, Lei Sarbanes-Oxley: guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos. São Paulo: Deloitte. Out. 2003.

ERNST & YOUNG. **Manual de normas internacionais de contabilidade**: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2010.

FOX, Loren. **Enron – the rise and fall**. Estados Unidos: John Wiley & Sons, 2003.

HAUER, Geroldo Augusto. Sociedades anônimas também contempladas na Lei 11.941. **Gazeta do Povo**, 2009. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/colunistas/cenarios-de-direito-empresarial/sociedades-anonimas-tambem-contempladas-na-lei-11941-bqmowaiia4mjjmbulll7ihob2/>> (Acessado em 24 de maio de 2022, às 16 horas e 14 minutos).

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

LUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: Aplicável às Demais Sociedades. 7ª ed. São Paulo, Atlas, 2007, pp.194-197.

LUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 1997.

MACEDO, Marcelo Alvaro. et al. Impacto da Convergência às Normas Contábeis Internacionais no Brasil Sobre o Conteúdo Informacional da Contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade REPeC**, Brasília, v. 7, n. 3, art. 1, p. 222-239, jul./set. 2013. Disponível em: <<https://www.repec.org.br/repec/article/view/905/762>> (Acessado em 14 de maio de 2022, às 09 horas e 52 minutos).

MALACRIDA, Mara Jane Contrera; LIMA, Iran Siqueira; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. **A relevância do lucro líquido versus fluxo de caixa operacional para o mercado de ações brasileiro**. 2009. 156 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-27032009-121238/>> (Acessado em 28 de maio de 2022, às 17 horas e 24 minutos).

NBC - Norma Brasileira de Contabilidade. **NBC T 11 – NORMAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm>> (Acessado em 20 de maio de 2022, às 17 horas e 36 minutos).

OLIVEIRA, Amanda. **Conheça a história do sistema CFC/CRCs em 15 fatos**. Disponível em: <<https://crcal.org.br/conheca-a-historia-do-sistema-cfc-crcs-em-15-fatos/>> (Acessado em 19 de maio de 2022, às 18 horas e 45 minutos).

OLIVEIRA, Sergio Bispo. **RTT e FCONT: impactos da Lei 11638/07 e Lei 11941/09**. Disponível em: <<http://professorprates.blogspot.com/2009/08/nova-classificacao-do-balanco-resolucao.html>> (Acessado em 24 de maio de 2022, às 17 horas e 18 minutos).

OTT, E.; PIRES, C. B. Conceito e objetivo da contabilidade. In: RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. (Org.). **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações financeiras: mudanças na lei das sociedades por ações: como era e como ficou**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SANTOS, Elaine Cristina. **Principais Mudanças No Balanço Patrimonial - Lei 11.638/07**. 2010. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/administracao-artigos/principais-mudancas-no-balanco-patrimonial-lei-1163807-611366.html>> (Acessado em 26 de maio de 2022, às 18 horas e 24 minutos).

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade Internacional Avançada**. São Paulo: Atlas, 2004.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; GOMES, José M. Matsumura. **Contabilidade Intermediária**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Daniel Salgueiro. **Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas**, 5^a.ed. Brasília: CFC: Sebrae, 2002.